

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	6
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	7
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	8
----------------------------------	---

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	9
---	---

Notas Explicativas	15
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	39
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	42
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	43
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	215.600
Preferenciais	0
Total	215.600
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021
1	Ativo Total	984.900	953.747
1.01	Ativo Circulante	139.839	60.900
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	10.708	19.574
1.01.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	10.708	19.574
1.01.02	Aplicações Financeiras	13.276	0
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	13.276	0
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	13.276	0
1.01.03	Contas a Receber	11.077	9.793
1.01.03.01	Clientes	11.077	9.793
1.01.03.01.01	Concessionárias e permissionárias	11.077	9.793
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.989	1.448
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.989	1.448
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	602
1.01.06.01.02	Outros impostos a recuperar	1.989	846
1.01.07	Despesas Antecipadas	419	269
1.01.07.01	Despesas Antecipadas	419	269
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	102.370	29.816
1.01.08.03	Outros	102.370	29.816
1.01.08.03.01	Contas bancárias vinculadas	0	3.119
1.01.08.03.02	Ativo de concessão	99.353	26.038
1.01.08.03.03	Outros créditos	3.017	659
1.02	Ativo Não Circulante	845.061	892.847
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	845.061	892.847
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	19.898	21.680
1.02.01.03.01	Aplicação financeira vinculada	19.898	21.680
1.02.01.05	Estoques	0	2.058
1.02.01.05.01	Estoque-almoxarifado	0	2.058
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	825.163	869.109
1.02.01.10.03	Ativo de concessão	822.226	869.109
1.02.01.10.04	Outros créditos	2.937	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021
2	Passivo Total	984.900	953.747
2.01	Passivo Circulante	46.474	45.365
2.01.02	Fornecedores	388	1.190
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	388	1.190
2.01.03	Obrigações Fiscais	11.381	788
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	11.381	788
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	1.170	21
2.01.03.01.02	Outras obrigações fiscais	1.021	767
2.01.03.01.03	PIS e COFINS diferidos	9.190	0
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	31.601	28.866
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	19.935	28.866
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	19.935	28.866
2.01.04.02	Debêntures	11.666	0
2.01.04.02.01	Financiamento e debêntures	11.666	0
2.01.05	Outras Obrigações	3.104	14.521
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	364	0
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	364	0
2.01.05.02	Outros	2.740	14.521
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	0	12.776
2.01.05.02.04	Taxas regulamentares	1.093	842
2.01.05.02.05	Outras obrigações	1.647	903
2.02	Passivo Não Circulante	510.247	526.395
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	322.422	343.730
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	238.374	343.730
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	238.374	343.730
2.02.01.02	Debêntures	84.048	0
2.02.01.02.01	Financiamento e debêntures	84.048	0
2.02.03	Tributos Diferidos	187.258	181.859
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	187.258	181.859
2.02.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	111.202	99.058
2.02.03.01.02	PIS e COFINS diferidos	76.056	82.801
2.02.04	Provisões	567	806
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	567	806
2.02.04.01.05	Provisões para contingências	567	806
2.03	Patrimônio Líquido	428.179	381.987
2.03.01	Capital Social Realizado	215.600	196.301
2.03.04	Reservas de Lucros	212.579	185.686

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	110.725	101.534
3.01.01	Receita operacional líquida	110.725	101.534
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-4.701	-6.463
3.02.01	Custos	-4.701	-6.463
3.03	Resultado Bruto	106.024	95.071
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-3.655	-2.357
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-3.655	-2.357
3.04.02.01	Despesas operacionais gerais e administrativas	-3.655	-2.357
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	102.369	92.714
3.06	Resultado Financeiro	-31.389	-33.869
3.06.01	Receitas Financeiras	3.809	1.328
3.06.01.01	Receitas Financeiras	3.809	1.328
3.06.02	Despesas Financeiras	-35.198	-35.197
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-35.198	-35.197
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	70.980	58.845
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-13.312	-12.517
3.08.01	Corrente	-1.169	-621
3.08.02	Diferido	-12.143	-11.896
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	57.668	46.328
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	57.668	46.328
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,2898	0,236
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,2898	0,236

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
4.01	Lucro Líquido do Período	57.668	46.328
4.03	Resultado Abrangente do Período	57.668	46.328

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	196.301	0	185.686	0	0	381.987
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	196.301	0	185.686	0	0	381.987
5.04	Transações de Capital com os Sócios	19.299	0	-11.475	-19.299	0	-11.475
5.04.01	Aumentos de Capital	19.299	0	0	-19.299	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-11.475	0	0	-11.475
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	57.667	0	57.667
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	57.667	0	57.667
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	38.368	-38.368	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	38.368	-38.368	0	0
5.07	Saldos Finais	215.600	0	212.579	0	0	428.179

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	196.301	0	146.874	0	0	343.175
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	196.301	0	146.874	0	0	343.175
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	5.260	-12.776	0	-7.516
5.04.08	Reversão de dividendos 2020	0	0	8.430	0	0	8.430
5.04.09	Juros sobre capital próprio deliberado pagos	0	0	-3.170	0	0	-3.170
5.04.10	Juros sobre capital próprio deliberado não pagos	0	0	0	-12.776	0	-12.776
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	46.328	0	46.328
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	46.328	0	46.328
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	33.552	-33.552	0	0
5.06.04	Reserva legal	0	0	2.316	-2.316	0	0
5.06.05	Reserva de incentivo fiscal	0	0	2.058	-2.058	0	0
5.06.06	Reserva de lucro a realizar	0	0	29.178	-29.178	0	0
5.07	Saldos Finais	196.301	0	185.686	0	0	381.987

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
7.01	Receitas	123.495	113.061
7.01.02	Outras Receitas	123.495	113.061
7.01.02.01	Remuneração do ativo contratual	100.911	96.394
7.01.02.02	Receita de operação e manutenção	10.082	9.689
7.01.02.04	Outras receitas	12.979	6.978
7.01.02.05	Parcela Variável e outras deduções	-477	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-6.519	-8.820
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-6.519	-8.820
7.03	Valor Adicionado Bruto	116.976	104.241
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	116.976	104.241
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	3.809	1.328
7.06.02	Receitas Financeiras	3.809	1.328
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	120.785	105.569
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	120.785	105.569
7.08.01	Pessoal	1.765	0
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.748	0
7.08.01.02	Benefícios	17	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	26.154	24.044
7.08.02.01	Federais	26.154	24.044
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	35.198	35.197
7.08.03.01	Juros	35.198	35.197
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	57.668	46.328
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	57.668	46.328

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**ARGO VI TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.****COMENTÁRIO DE DESEMPENHO**

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

A Administração da Argo VI Transmissão de Energia S.A. ("Companhia" ou "Argo VI"), submete à apreciação de V. Sas. o seu Relatório da Administração e as Informações Financeiras Anual com o relatório dos Auditores Independentes referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, baseadas na Lei das Sociedades por Ações, nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e nas regulamentações da Comissão de Valores Mobiliários.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A Companhia iniciou suas atividades em 2014 e tem como missão desenvolver o setor elétrico, respeitando o interesse de todos os envolvidos, atuando de forma ética, eficiente e disciplinada.

Ao apresentar os resultados do período findo em 31 de dezembro de 2022, demonstramos nossa intenção de ser uma Companhia arrojada e sempre na busca do equilíbrio entre disciplina financeira, responsabilidade ambiental e progresso social, através de desenvolvimento econômico.

A COMPANHIA

A Argo VI Transmissão de Energia S.A. ("Argo VI ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado registrada na Comissão de Valores Mobiliários – CVM, categoria B, constituída em 12 de maio de 2014 e domiciliada à Rua Tabapuã, 841 - 5º andar, Itaim Bibi, São Paulo - SP.

Em 29 de julho de 2022, a Argo Energia Empreendimentos e Participações S.A. assinou o Contrato de Compra e Venda de Ações com a Brasil Energia Fundo de Investimento., para a aquisição de 100% das ações da Esperanza Transmissora de Energia S.A., antiga denominação social da Argo VI. Em 30 de novembro de 2022 a controladora Argeb Empreendimentos e Participações S.A. assume o controle da referida e altera sua sede para a Rua Tabapuã, 841 - 5º andar, Itaim Bibi, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

A Companhia tem por objeto a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, prestados mediante a implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, vinculada ao MME - Ministério de Minas e Energia.

De forma integral, seu capital pertence à Argeb Empreendimentos e Participações S.A.

Por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 18/2014 - ANEEL, datado de 05 de setembro 2014, foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica pelo prazo de 30 anos, que consiste na construção, operação, manutenção e pelas demais instalações necessárias às funções de medição,

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio dos seguintes empreendimentos:

LT 500 kV Quixadá - Açú III, 241 km;

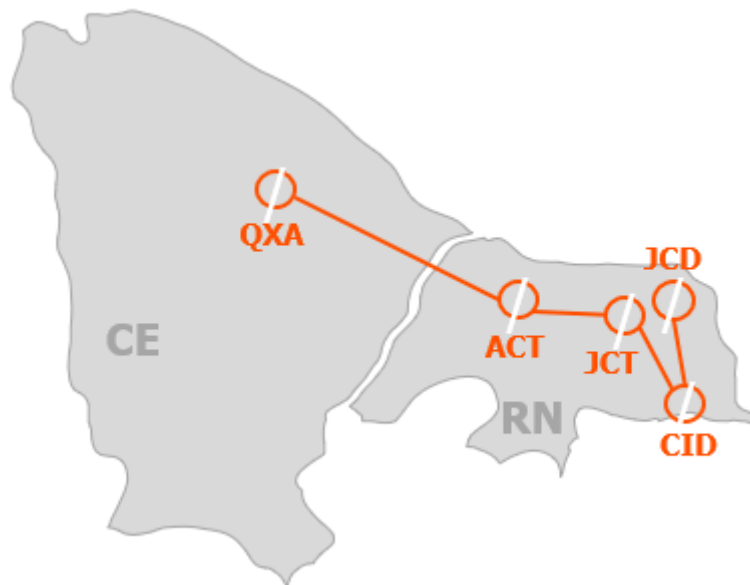
LT 500 kV Açú III - João Câmara III, 126 km;

LT 500 kV João Câmara III - Ceará Mirim II, 61,45 km; e

LT 230 kV João Câmara II - Ceará Mirim, 65 km;

LT 500 kV Açú III - João Câmara III, 126 km.

A Esperanza tem um investimento total previsto de aproximadamente R\$ 545.960. A Receita Anual Permitida - (RAP) foi determinada em R\$48.835 (valor original) na data do leilão e atualizada para R\$89.820 (valor para o ciclo 2022-2023) com recebimento em cotas mensais. A RAP é corrigida anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e será válida por todo o prazo de operação comercial.

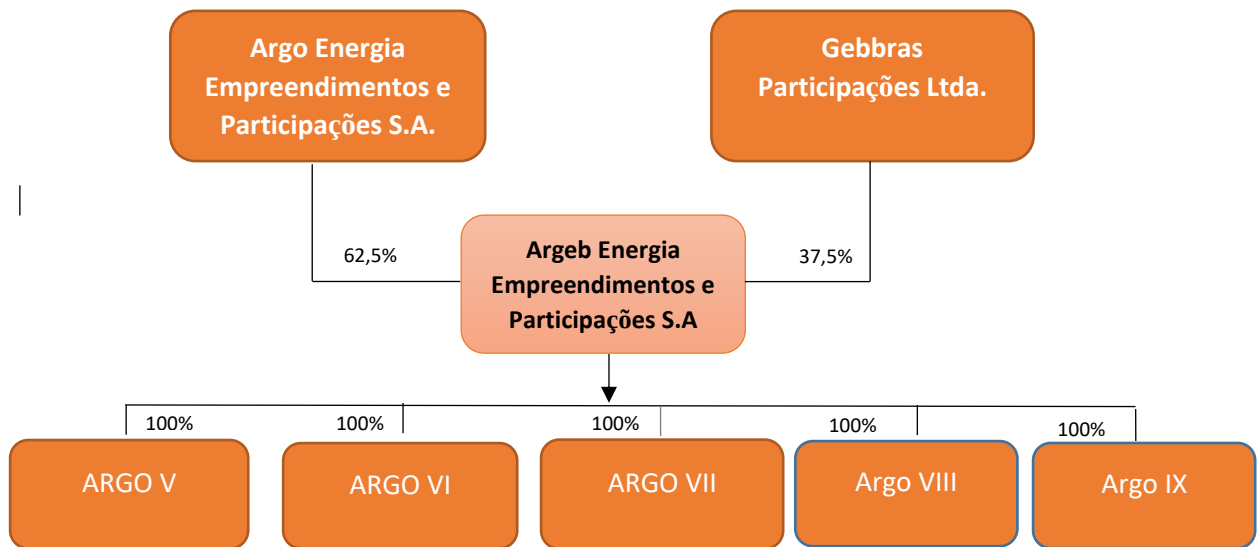


ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Conforme Fato Relevante de 30 de novembro de 2022, a Argo Energia Empreendimentos e Participações S.A. e Gebbras Participações Ltda. passam a ser os acionistas da Argeb, detendo a totalidade das ações ordinárias da Companhia.

Abaixo o organograma do Grupo Argeb Energia em 31 de dezembro de 2022:

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Argeb adota diretrizes claras de governança corporativa baseadas em seu compromisso com a ética empresarial e a transparência em todas as áreas de atuação, através do estabelecimento de um conjunto de princípios e normas destinadas a assegurar um comportamento ético e responsável pelo seu grupo de colaboradores.

Estrutura de Governança

A estrutura de governança da Argeb Energia é composta por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva, que funcionam em conformidade com o Estatuto Social, além das diretrizes estabelecidas no Código de Ética e Conduta e nas políticas de gestão.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Argeb Energia é o órgão da administração responsável pela determinação das diretrizes estratégicas da Companhia, observando a missão, a visão e os princípios corporativos. Seu funcionamento é regulamentado pelo Estatuto Social. Conforme o Estatuto Social, o Conselho será composto por até 6 (seis) membros e seus respectivos suplentes.

Sempre que necessário, o Conselho de Administração se reúne para discutir e avaliar aspectos econômicos, sociais e ambientais que tenham impactos sobre os negócios e a gestão da Argo Energia.

Diretoria Executiva

A Diretoria da Argeb Energia é responsável pela execução do planejamento estratégico e das diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração, conduzindo os negócios da companhia de acordo com seus princípios e valores.

Ética e Conduta

A Argeb tem a sua atuação marcada pelos mais elevados padrões de ética e conduta – acreditamos que este é um princípio fundamental para a perenidade de nossos negócios. A Companhia possui um código de ética que deve ser rigorosamente cumprido por todos os seus colaboradores e fornecedores. Conduzimos treinamentos periódicos com todos os nossos

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

colaboradores e principais fornecedores, de maneira a difundir e implementar uma cultura de excelência na aplicação das melhores práticas de ética e *compliance*.

A Companhia disponibiliza os seguintes canais de denúncia para que seus colaboradores e público em geral possam manifestar eventuais situações de não-conformidade com seus princípios éticos:

- Por telefone: 0800 377 8038
- Canal de Denúncia: www.canaldeetica.com.br/argoenergia
- Por e-mail: etica@argoenergia.com.br

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

As informações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições societárias, os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO – ARGO VI				
	31/12/2022	AV%	31/12/2021	AV%
Receita operacional líquida	110.725	100%	101.534	100%
Custo dos bens construídos e serviços prestados	(4.701)	-4%	(6.463)	-6%
Lucro bruto	106.024	96%	95.071	94%
Gerais, administrativas e outros	(3.655)	-3%	(2.357)	-2%
EBIT	102.369	92%	92.714	91%
Resultado financeiro	(31.389)	-28%	(33.869)	-33%
Imposto de renda e contribuição social	(13.312)	-11%	(12.517)	-12%
Lucro do período	57.668	52%	46.328	46%
Lucro por ação – R\$ (básico)	0,2898		0,2360	
Lucro por ação – R\$ (diluído)	0,2898		0,2360	

Lucro bruto

O lucro bruto consolidado, em 31 de dezembro de 2022, apresentou R\$ 106.024 (R\$ 95.071 em 31 de dezembro de 2021) e é composto pela receita operacional líquida, sendo: receita de remuneração do ativo de contrato no valor de R\$ 100.602 (R\$ 96.394 em 31 de dezembro de 2021); receita de operação e manutenção, no valor de R\$ 10.040 (R\$ 9.689 em 31 de dezembro de 2021); deduzindo outras receitas IFRS de R\$ 13.330 (R\$ 6.978 de dezembro de 2021) e pelo saldo constituído no período de PIS e COFINS e encargos regulatórios no montante de R\$ 12.770 (R\$ 11.527 em 31 de dezembro de 2021), deduzida pelos custos de operação e manutenção de R\$ 4.701 (R\$ 6.463 em 31 de dezembro de 2021).

Despesas operacionais

As despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 3.655 (R\$ 2.357 em 31 de dezembro de 2021).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Resultado Financeiro

O resultado financeiro negativo da Companhia totalizou montante de R\$ 31.389, sendo despesas financeiras no valor de R\$ R\$ 35.198 (R\$ 35.197 em 31 de dezembro de 2021) refere-se principalmente pelas despesas financeiras sobre empréstimos e financiamentos, e receita financeira no valor de R\$ R\$ 3.809 (R\$ 1.328 em 31 de dezembro de 2021), oriundas de aplicações financeiras.

Resultado do período

A Companhia apresentou lucro líquido de R\$ 57.668 no período de 31 de dezembro de 2022 e (R\$ 46.328 em 31 de dezembro de 2021).

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Meio Ambiente e Responsabilidade Social

A Companhia tem forte preocupação com relação aos impactos que suas atividades podem gerar à sociedade. Por isso, estamos sempre atentos aos interesses públicos, buscando, em nossa atuação um comportamento respeitoso e uma atitude de diálogo com a sociedade, especialmente com as comunidades do entorno de nossos projetos, buscando também prevenir possíveis situações de conflito e risco.

A Argo VI cumpre a legislação vigente em todas as suas atividades e preocupa-se com o desenvolvimento sustentável do seu negócio. As atividades da Companhia incorporam o componente socioambiental nas fases de planejamento, construção e operação dos projetos de transmissão de energia, buscando contribuir para o desenvolvimento do setor elétrico e respeitando os interesses dos envolvidos. Todas as atividades da Argo são precedidas das licenças ambientais aplicáveis. Exigimos o mesmo padrão para nossos fornecedores e prestadores de serviço.

A estrutura de meio ambiente e responsabilidade social engloba as atividades de:

- (i) Mapeamento e Avaliação de Riscos e Impactos Socioambientais nas fases de: avaliação de novos negócios, pré-investimento, estudos ambientais para o licenciamento ambiental, implantação das obras e O&M;
- (ii) Seleção e contratação de fornecedores qualificados;
- (iii) Mapeamento e engajamento prévio de *stakeholders*, incluindo comunidades e órgãos licenciadores e regulatórios;
- (iv) Incorporação das restrições, desafios e impactos ambientais ao longo do ciclo de vida dos projetos;
- (v) Implantação responsável de programas socioambientais;
- (vi) Relatórios periódicos de gestão aos principais *stakeholders*.

O licenciamento ambiental deste projeto é conduzido pelo IBAMA, em Brasília, por meio do rito ordinário com EIA/RIMA. Este projeto possui interface com 5 órgãos intervenientes: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Fundação Cultural Palmares (FCP), Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais (SEMA-MA).

AUDITORES INDEPENDENTES

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia declara que desde a contratação da KPMG Auditores Independentes foram prestados pela mesma apenas serviços de auditoria externa.

Notas Explicativas*Argo VI Transmissão de Energia S.A.**Demonstrações Financeiras**Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022***Notas explicativas às demonstrações financeiras***(Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)***1 Informações gerais**

A Argo VI Transmissão de Energia S.A. (“Argo VI” ou “Companhia”), é uma sociedade anônima de capital fechado registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, constituída em 12 de maio de 2014 e estabelecida na Rua Tabapuã 841 – 5º andar, Itaim Bibi, São Paulo – SP.

A Companhia tem por objeto social a exploração, construção, implantação, operação e manutenção do serviço público de transmissão de energia elétrica na rede básica do Sistema Elétrico Integrado Nacional e de mais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle telecomunicação, administração, apoio e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

Em dezembro de 2021 a Companhia solicitou junto à Comissão de Valores Mobiliários – CVM o registro tipo categoria B, sendo a pedido diferido em 21 de março de 2022.

Em 29 de julho de 2022, a Argeb Empreendimentos e Participações S.A. assinou o Contrato de Compra e Venda de Ações com a Brasil Energia Fundo de Investimento., para a aquisição de 100% das ações da Argo VI Transmissão de Energia S.A.

Em 30 de novembro de 2022 a controladora Argeb Empreendimentos e Participações S.A. assume o controle da referida e altera sua sede para a Rua Tabapuã, 841 - 5º andar, Itaim Bibi, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Essa transferência de controle foi anuída previamente pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, por meio do Despacho nº 2.794 de 29 de setembro de 2022.

1.1. Concessão

Por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 18/2014 - ANEEL, datado de 05 de setembro 2014, foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica pelo prazo de 30 anos, que consiste na construção, operação, manutenção e pelas demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio dos seguintes empreendimentos:

- LT 500 kV Quixadá - Açú III, 241 km;
- LT 500 kV Açú III - João Câmara III, 126 km;
- LT 500 kV João Câmara III - Ceará Mirim II, 61,45 km; e
- LT 230 kV João Câmara II - Ceará Mirim, 65 km;
- LT 500 kV Açú III - João Câmara III, 126 km.

Notas Explicativas

Argo VI Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações Financeiras

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em 14 de março de 2018, conforme Carta ONS - 0238 - DTA - 2018 foi emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico o Termo de Liberação Definitivo (TLD) da Transmissora Esperanza.

A Argo VI tem um investimento total previsto de aproximadamente R\$ 545.960. A Receita Anual Permitida - (RAP) foi determinada em R\$48.835 (valor original) na data do leilão e atualizada para R\$89.820 (valor para o ciclo 2022-2023) com recebimento em cotas mensais. A RAP é corrigida anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e será válida por todo o prazo de operação comercial.

2 Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro “IFRS – *International Financial Reporting Standards*”, emitidas pelo “IASB – International Accounting Standards Board”, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e as orientações e interpretações dos pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovados pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade que foram aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A emissão das demonstrações financeira foi aprovada e autorizada pela administração em 1 de março de 2023. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras de forma que as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As informações financeiras estão expressas em milhares de reais (R\$), arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra maneira.

2.2 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Já as alterações nas estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que estas estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Notas Explicativas

Argo VI Transmissão de Energia S.A.
Demonstrações Financeiras
Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022

As principais áreas que envolvem estimativas e premissas são:

- (a) Ativo de concessão: a Companhia identificou a existência de componente de financiamento significativo nos contratos de concessão. A determinação da taxa de desconto do Ativo de concessão envolve julgamento significativo considerando os riscos e prêmios específicos de cada contrato de concessão.
- (b) As margens de lucratividade referentes à prestação de serviços de: (i) construção e de melhoria; e (ii) operação e manutenção, da infraestrutura de transmissão são determinadas com base nas características e complexidade de cada contrato de concessão, incluindo a estimativa de recebimentos através da RAP do leilão em relação aos custos para a construção, de melhoria e de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão.
- (c) Avaliação de instrumentos financeiros - são utilizadas técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa nº 28 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas pela Companhia e suas controladas na determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros, bem como análise de sensibilidade dessas premissas.
- (d) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos: são registrados ativos relacionados aos impostos diferidos decorrentes de prejuízos fiscais e diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos à medida que a Companhia espera gerar lucro tributável futuro suficiente com base em projeções e previsões elaboradas pela Administração. Essas projeções e previsões incluem diversas hipóteses relacionadas ao desempenho da Companhia e fatores que podem diferir dos resultados reais.

Em conformidade com a atual legislação fiscal brasileira, não existe prazo para a utilização de prejuízos fiscais. Contudo, os prejuízos fiscais acumulados podem ser compensados somente ao limite de 30% do lucro tributável anual (vide nota explicativa nº 22).

3 Principais políticas contábeis

3.1 Caixa e equivalente de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

3.2 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou à sua emissão. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possui nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo.

A classificação depende da finalidade dos ativos e dos passivos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos e passivos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação.

(i) Ativos financeiros

Notas Explicativas**Argo VI Transmissão de Energia S.A.****Demonstrações Financeiras***Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022*

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou somente instrumentos financeiros classificados como custo amortizado e valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

(ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros, incluindo financiamentos, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

(iii) Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros é conforme segue:

Ativo/Passivo Financeiro	Classificação
Caixa, equivalentes de caixa	Custo amortizado
Títulos e valores mobiliários	Valor justo através do resultado
Contas a receber - partes relacionadas	Custo amortizado

Notas Explicativas**Argo VI Transmissão de Energia S.A.***Demonstrações Financeiras**Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022*

Ativo/Passivo Financeiro	Classificação
Contas a receber de clientes	Custo amortizado
Fornecedores	Custo amortizado
Financiamentos	Custo amortizado
Contas a pagar - partes relacionadas	Custo amortizado
Debêntures	Custo amortizado

3.3 Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável anual. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados com base nas diferenças temporárias no reconhecimento de receitas e despesas para fins contábeis e fiscais, sobre os prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, quando for provável a realização com lucros tributáveis futuros.

O saldo dos impostos diferidos ativo é revisado no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no fim de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

Benefício fiscal - Lucro da exploração

Devido ao fato de sua linha de transmissão e consequentemente operação estar situada na área da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, a Companhia possui incentivo de redução do valor do IRPJ a pagar equivalente a 75% do valor apurado sobre o lucro da exploração, aplicado sobre a receita de transmissão de energia, reconhecidas no resultado e, posteriormente, destinadas à reserva de lucros no patrimônio líquido.

Em virtude do benefício concedido, a Companhia possui algumas obrigações dentre as quais destacamos: (i) cumprir a legislação trabalhista e social e das normas de proteção e controle do meio ambiente; (ii) aplicação do valor da redução do IRPJ em atividade diretamente ligada à operação na área de atuação da SUDENE; (iii) constituição de reserva de lucros com o valor resultante da redução, a qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízo ou aumento de capital social; (iv) proibição de distribuição aos sócios ou acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução, sob pena de perda do incentivo e da obrigação de recolher, com relação à importância distribuída, o imposto que a Companhia tiver deixado de pagar, sem prejuízo da incidência do imposto sobre o lucro distribuído como rendimento e das penalidades cabíveis; e (v) apresentação anual da declaração de rendimentos, indicando o valor da redução correspondente ao exercício, observadas as normas em vigor sobre a matéria.

3.4 Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa

Notas Explicativas***Argo VI Transmissão de Energia S.A.******Demonstrações Financeiras******Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022***

relativa a qualquer provisão é apresentada da demonstração do resultado do exercício, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos tributos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado o desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.5 Patrimônio líquido

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

3.6 Demonstração do valor adicionado (DVA)

A DVA tem por finalidade evidenciar a riqueza da Companhia e sua distribuição durante determinado período, conforme requerido pela legislação societária brasileira, é apresentada como parte de suas demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS's. Sua elaboração foi preparada com base nas informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

Essa demonstração reflete em sua primeira parte:

- (a) A riqueza auferida pela Companhia, representada por suas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável);
- (b) Os insumos adquiridos de terceiros (custo dos serviços e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incidentes no momento da aquisição, os efeitos das perdas e a recuperação de valores ativos);
- (c) O valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas);

E a segunda parte da DVA reflete:

- (d) A distribuição da riqueza entre os grupos: pessoal; impostos; taxas e contribuições; remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3.7 Demonstração dos fluxos de caixa

Elaborada pelo método indireto e apresentadas de acordo com a deliberação da CVM – Comissão de Valores Mobiliários nº 641, de 07 de outubro de 2010, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) -

Notas Explicativas

Argo VI Transmissão de Energia S.A.
Demonstrações Financeiras
Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento por entender que os juros representam custos para obtenção de seus recursos financeiros.

3.8 Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33) - Resultado por Ação.

O resultado básico e diluído por ação é calculado pela divisão do lucro do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. A Companhia não possui instrumentos com efeitos dilutivos, portanto, o resultado básico por ação é igual ao resultado diluído por ação.

3.9 Reconhecimento e mensuração de receita e do Ativo de concessão

A Companhia possui contrato de concessão de transmissão de energia elétrica firmado com o Poder Concedente, que incluem obrigações de desempenho relacionadas à construção e melhoria da infraestrutura de transmissão de energia elétrica e à operação e manutenção dessa infraestrutura.

Os contratos de concessão estabelecem que mesmo após o cumprimento da obrigação de desempenho de construção ou melhoria da infraestrutura de transmissão, a Companhia ainda deve cumprir com a obrigação de desempenho de operação e manutenção com o objetivo de manter a disponibilidade da rede de transmissão de acordo com as exigências da ANEEL. Uma vez que o direito incondicional à contraprestação da receita de construção ou melhoria da infraestrutura depende do cumprimento da obrigação de desempenho de operação e manutenção, a receita é reconhecida em contrapartida de um ativo de contrato de acordo com o CPC 47 (IFRS 15). Esse ativo de contrato passa ser classificado como Contas a Receber (ativo financeiro), à medida que a Companhia passe a ter direito incondicional à caixa.

Após a entrada em operação da infraestrutura de transmissão a Companhia será paga e remunerada através da Receita Anual permitida (RAP), cujos valores são determinados no contrato de concessão e recebidos mensalmente pela Companhia pela disponibilização da infraestrutura de transmissão de energia. A RAP inclui a remuneração pela construção e melhoria da infraestrutura, operação e manutenção e também um componente de remuneração financeira pelo prazo do contrato. Entretanto, os contratos de concessão definem somente o valor total da RAP, isto é, não estabelecem o valor da RAP por obrigação de desempenho.

(a) Reconhecimento e mensuração de receita:

As receitas provenientes da prestação de serviços são reconhecidas e mensuradas com base no CPC 47 (IFRS 15). Especificamente, a norma introduz um modelo de 5 passos para o reconhecimento da receita:

- **Passo 1:** Identificar o(s) contrato(s) com o cliente.
- **Passo 2:** Identificar as obrigações de desempenho definidas no contrato.
- **Passo 3:** Determinar o preço da transação.
- **Passo 4:** Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho previstas no contrato.
- **Passo 5:** Reconhecer a receita quando (ou conforme) a entidade atende cada obrigação de desempenho.

A companhia reconhece receita conforme descrito abaixo:

- (i) Receita de construção: a obrigação de desempenho referente a construção da infraestrutura é satisfeita ao longo do período de construção. A receita é reconhecida ao longo do tempo mensurando

Notas Explicativas***Argo VI Transmissão de Energia S.A.******Demonstrações Financeiras******Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022***

o progresso em relação ao cumprimento total dessa obrigação de desempenho, com base no método de insumos. Essa receita é mensurada tendo como base os custos de construção incorridos em relação aos custos totais esperados, acrescidos de uma margem de lucratividade estabelecida pela Administração da Companhia. Eventuais ganhos ou perdas decorrentes de eficiência ou ineficiências na construção são reconhecidos como custo de construção quando incorridos. Eventuais ganhos decorrentes de entrada em operação antecipada são reconhecidos ao final do período de construção.

- (ii) Receita de remuneração do Ativo de concessão: refere-se a juros reconhecidos com base no método linear que são mensurados com base em uma taxa de remuneração sobre o saldo do ativo de contrato, que reflete uma transação de financiamento da construção da infraestrutura entre a Companhia e o Poder Concedente. A taxa de remuneração do ativo de contrato é de 9,69% ao ano.

Adicionalmente, a modelagem financeira utilizada pela Companhia na mensuração do ativo de contrato de concessão inclui entre outros elementos, a determinação de uma contraprestação variável aplicável ao preço do contrato. O valor da contraprestação recebida pela Companhia pela construção da infraestrutura de concessão é reajustado anualmente com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor – IPCA dos últimos doze meses na data de reajuste. A Companhia efetua o cálculo da contraprestação variável com base no IPCA realizado entre a data da última homologação da Receita Anual Permitida - RAP pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a data base das demonstrações financeiras, e reconhece esse valor na medida em que é altamente provável que uma reversão significativa no valor das receitas acumuladas reconhecidas não irá ocorrer. Em 31 de dezembro de 2022 o valor dessa contraprestação variável é de R\$ 11.859, representando um acréscimo na receita de remuneração do ativo de contrato da concessão em contrapartida do saldo do ativo de contrato da concessão.

- (iii) Receita de operação e manutenção: seu reconhecimento tem início após o período de construção e entrada em operação da infraestrutura, à medida que a obrigação de operar e manter a disponibilidade da infraestrutura é cumprida. A receita é reconhecida ao longo do tempo mensurando o progresso em relação ao cumprimento total dessa obrigação de desempenho, com base no método de insumos. Essa receita é mensurada tendo como base os custos de operação e manutenção incorridos em relação aos custos totais esperados, acrescidos de uma margem de lucratividade estabelecida pela Administração da Companhia. Eventuais ganhos ou perdas decorrentes de eficiência ou ineficiências na operação e manutenção são reconhecidos como custo quando incorridos. Embora a receita seja reconhecida ao longo do tempo, o ciclo da receita de operação e manutenção é mensal.

(b) Reconhecimento e mensuração do Ativo de concessão

Conforme descrito acima o Ativo de concessão é reconhecido em contrapartida da receita de construção ou melhoria da infraestrutura de transmissão.

Adicionalmente, os contratos de concessão estabelecem que a Companhia deve construir e efetuar melhorias na infraestrutura de transmissão, sendo que a contraprestação a ser paga pelo Poder Concedente por esse serviço de construção e melhoria será recebida pela Companhia ao longo do contrato de concessão. Como os contratos de concessão têm prazo de 30 anos, a Companhia identificou a existência de componente de financiamento significativo nos contratos de concessão.

O montante do Ativo de concessão é mensurado com base em uma modelagem financeira que desconta a valor presente os fluxos de recebimentos futuros provenientes da RAP, com base em uma taxa de juros que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos. Essa taxa considera os riscos e prêmios específicos de cada contrato de concessão.

A receita de construção ou melhoria da infraestrutura de transmissão e a receita de remuneração do ativo de contrato da concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição

Notas Explicativas*Argo VI Transmissão de Energia S.A.**Demonstrações Financeiras**Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022*

para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos, registrados na conta “impostos diferidos” no passivo não circulante.

3.10 Redução ao valor recuperável (“impairment”)**a) Ativo financeiro e ativos de concessão**

Um ativo financeiro e ativo de concessão não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável, que pode ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.

A Companhia avalia a evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento, tanto no nível individualizado, como no nível coletivo, para todos os títulos significativos.

A redução do valor recuperável de um ativo financeiro e/ou ativo de concessão é reconhecida pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

b) Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros com vida útil indefinida são testados anualmente para a verificação se seus valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de “impairment” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

3.11 Informações por segmento

A Companhia apresenta suas demonstrações financeiras considerando somente um segmento operacional, o de transmissão de energia elétrica que representa integralmente a receita total da Companhia. É dessa forma que os principais tomadores de decisão estratégica e operacional da Companhia avaliam a “performance” dos empreendimentos e aloca os recursos necessários

3.12 Normas e interpretações novas e revisadas**Novas normas aplicadas a partir de 01.01.2022**

No exercício corrente, a Companhia adotou as alterações e novas interpretações às IFRS e aos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade (International Accounting Standards Board - IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022.

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações ao CPC 15 (R1)/ IFRS 3	Referência à Estrutura Conceitual	01/01/2022

Notas Explicativas**Argo VI Transmissão de Energia S.A.****Demonstrações Financeiras**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações ao CPC 27/ IAS 16	Imobilizado - Recursos Antes do Uso Pretendido	01/01/2022
Alterações ao CPC 25/ IAS 37	Contratos Onerosos - Custo de Cumprimento do Contrato	01/01/2022
Alterações ao CPC 37 (R1)/ IFRS 1, CPC 48/ IFRS 9, CPC 06 (R2)/ IFRS 16 e CPC 29/ IAS 41	Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018–2020	01/01/2022

A adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas não resultou em impactos relevantes sobre a posição patrimonial e financeira e os resultados da Companhia ou sobre as divulgações nestas demonstrações financeiras.

Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 50/ IFRS 17	Contratos de Seguros	01/01/2023
Alterações ao CPC 26/ IAS 1	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	01/01/2023
Alterações ao CPC 26/ IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 – Making Material Judgments	Divulgação de Políticas Contábeis	01/01/2023
Alterações ao CPC 23/ IAS 8	Definição de estimativas contábeis	01/01/2023
Alterações ao CPC 36 (R3)/ IFRS 10 e CPC 18 (R2)/ IAS 28	Venda ou Constituição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture	Postergada indefinitivamente

Atualmente, a Administração está conduzindo uma análise dos impactos que poderão advir com a adoção das normas e interpretações novas e revisadas supracitadas em suas demonstrações financeiras. Contudo, com base nas análises realizadas até o momento, a Administração não espera impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia em decorrência da adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021 (reclassificado)
Caixa e depósitos bancários	10.708	3.131
Total	10.708	3.131

5 Títulos e valores mobiliários**5.1 Circulante**

Notas Explicativas**Argo VI Transmissão de Energia S.A.***Demonstrações Financeiras**Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022*

	31/12/2022	31/12/2021 (reclassificado)
Títulos valores mobiliários (*)	13.276	19.562
Total	13.276	19.562

(*) Aplicações financeiras que representam investimentos em títulos mobiliários, referenciado na variação do CDI, com remuneração média de 80% do CDI em 31 de dezembro de 2022. A carteira do Fundo é composta exclusivamente por títulos de renda fixa, distribuídos entre títulos públicos federais, operações compromissadas, cotas de fundos e outros títulos de instituições financeiras. A Companhia em 2022 efetuou uma reclassificação dos saldos de aplicação financeira para a conta de Títulos e Valores Mobiliários, por entender que melhor representa a intenção da administração na utilização desses recursos.

5.2 Fundos Vinculados - Caixa restrito

	31/12/2022	31/12/2021
Conta Reserva (**)	19.898	21.680
Total	19.898	21.680

(**) Para fins de garantia da operação da 1ª emissão de debêntures e pagamento do financiamento com o BNDES, a Companhia precisa manter recursos nas contas denominadas “conta reserva”, o montante equivalente ao necessário para o pagamento de 3 (três) parcelas referentes ao financiamento BNDES e 1 (uma) parcela referente ao pagamento das debêntures. Em 31 de dezembro de 2022 a totalidade dos recursos estão aplicados no fundo de investimentos em cotas de fundos de investimentos títulos públicos renda fixa referenciado FI no Banco Bradesco. A composição da carteira está dividida em títulos públicos federais, operações compromissadas e cotas de fundos de investimentos

6 Contas a receber de clientes

	31/12/2022	31/12/2021
Concessionárias e Permissionárias (*)	11.077	9.793
Total	11.077	9.793

(*) A Companhia não contabiliza provisão para créditos de liquidação duvidosa, por entender que são baixas as probabilidades de não recebimento dos valores de seus clientes, pois no caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar a ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária.

	31/12/2022
Títulos a vencer	9.525
Títulos vencidos em até 90 dias	783
Títulos vencidos há mais de 90 dias	769
	11.077

7 Despesas pagas antecipadamente

	31/12/2022	31/12/2021
Seguros a apropriar (*)	419	269
Total	419	269

(*) Refere-se a apólices de seguro assumidas pela companhia conforme descrito na nota explicativa nº 25.

8 Ativo da concessão

Notas Explicativas

Argo VI Transmissão de Energia S.A.
Demonstrações Financeiras
Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022

8.1 Composição do Ativo da concessão

Saldos Acumulados:	31/12/2022	31/12/2021
Receita de construção	699.143	699.143
Remuneração do ativo de concessão/ Variação Monetária	507.262	473.345
Recebimentos	(324.177)	(315.929)
Receita de operação e manutenção	39.350	38.588
Ganho de eficiência		
Total	921.579	895.147
Circulante	99.353	26.038
Não circulante	822.226	869.109

8.2 Margens de obrigações e performance

Margem de O&M	31/12/2022	31/12/2021
Receita	10.040	9.689
Custos	(4.701)	(6.463)
Margem (R\$)	5.339	3.226
Margem Percebida (%)	53,2%	33,3%

8.3 Movimentação dos saldos do ativo da concessão

Saldo em 31/12/2020	868.391
Remuneração do ativo de concessão	96.394
Recebimento	(79.327)
Receita de Construção	9.689
Saldo em 31/12/2021	895.147
Remuneração do ativo de concessão	100.911
Receita de operação e manutenção	10.083
Recebimentos	(84.562)
Saldo em 31/12/2022	921.579

9 Tributos a Recuperar

O detalhamento do montante para 31 de dezembro de 2022 e 2021 encontra-se logo abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de renda e contribuição social	1.970	602
Outros tributos	19	846
Total	1.989	1.448

10 Fornecedores

	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores nacionais	388	1.190
Total	388	1.190

Notas Explicativas**Argo VI Transmissão de Energia S.A.***Demonstrações Financeiras**Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022***11 Obrigações tributárias**

	31/12/2022	31/12/2021
Pis e Cofins	927	733
ISS de terceiros	21	6
Outros tributos	73	28
Total	1.021	767

12 Imposto de renda e contribuição social

	31/12/2022	31/12/2021
Contribuição Social	1.170	21
Total	1.170	21

13 Obrigações regulatórias

	31/12/2022	31/12/2021
Provisão para P&D	1.019	691
Encargos regulatórios a recolher (*)	74	151
Total	1.093	842

(*) Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei. Sendo eles: taxa de fiscalização, conta de desenvolvimento energético e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica e FINEP – Financiadora de estudos e projetos.

14 Financiamentos

Instituição financeira	Saldo final 31/12/2020	Juros	Pagamento principal	Pagamento juros	Saldo final 31/12/2021	Juros e variação monetária	Pagamentos Principal	Pagamentos Juros	Saldo final 31/12/2022
BNDES Sub – A	168.845	10.954	(9.852)	(10.934)	159.013	13.196	(9.932)	(12.054)	150.223
BNDES Sub – B	12.270	796	(716)	(794)	11.556	958	(722)	(876)	10.916
BNDES Sub – C	97.555	6.317	(6.060)	(6.306)	91.506	7.577	(6.131)	(6.922)	86.030
BNDES Sub – D	11.538	747	(717)	(745)	10.823	895	(725)	(818)	10.175
BNDES Sub – E	1.102	50	(72)	(50)	1.030	65	(72)	(58)	965
Total	291.310	18.864	(17.417)	(18.829)	273.928	22.691	(17.582)	(20.728)	258.309

(a) Em 20 de abril de 2017, a Argo VI firmou contrato de financiamento com o BNDES, no montante total de R\$ 297.982, destinado as obras civis, aquisição de máquinas e equipamentos e aos demais gastos necessários para a implantação das instalações de transmissão que fazem parte do escopo do projeto. Sobre o financiamento incidirão juros de 2,12% ao ano, a título de remuneração, acima da taxa de juros de longo prazo (TJLP). Os Subcréditos A , B , C , D , E serão pagos em 268 (duzentos e sessenta e oito) parcelas mensais e sucessivas e a amortização iniciará em 15 de setembro de 2018, e sua com liquidação prevista em 15 de agosto de 2032.

Vencimento das parcelas

Em 31 de dezembro de 2022, os vencimentos a longo prazo têm a seguinte composição:

31/12/2022

Notas Explicativas

Argo VI Transmissão de Energia S.A.
Demonstrações Financeiras
Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022

2024	20.646
2025	22.321
2026 em diante	195.407
Total	238.374

Garantias

Fianças bancárias e garantias usuais de projeto, tais como:

- Penhor da totalidade das ações de emissão da Argo VI;
- Cessão fiduciária de recebíveis e direitos emergentes do contrato de concessão.
- Conta reserva do serviço da dívida a ser constituída até 15 de fevereiro de 2023 preenchida com recursos no valor equivalente a três vezes o valor da prestação mensal de amortização, incluindo pagamento de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrentes do contrato.

Cláusulas restritivas

A Companhia possui cláusulas restritivas contratuais atreladas ao financiamento do projeto, as quais podem, em caso de não conformidade, levar ao vencimento antecipado da dívida. Essas cláusulas estão relacionadas a índices financeiros, tais como: cobertura do serviço da dívida, endividamento, liquidez e de obrigações operacionais.

Argo VI

- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)

O ICSD é calculado a partir da divisão da Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida, com base em informações registradas nas Demonstrações Contábeis Regulatórias auditadas, em períodos de verificação a cada 12 meses. A Companhia deve atingir o ICSD de no mínimo 1,2 (um inteiro e dois décimos).

De acordo com o contrato de financiamento, as cláusulas restritivas são exigíveis a partir da amortização do principal que se dará em 15 de dezembro de 2022.

O contrato de financiamento possui cláusulas restritivas “*covenants*” financeiras e não financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento de determinados indicadores financeiros durante a sua vigência.

15 Debêntures

Instituição financeira	Saldo final 31/12/2020	Juros	Pagamento Principal	Pagamento Juros	Saldo final 31/12/2021	Juros	Pagamento Principal	Pagamento Juros	Saldo final 31/12/2022
Debêntures	95.580	15.819	(6.338)	(6.393)	98.668	11.886	(8.292)	(6.548)	95.714
Total	95.580	15.819	(6.338)	(6.393)	98.668	11.886	(8.292)	(6.548)	95.714

Única emissão de debentures

Notas Explicativas**Argo VI Transmissão de Energia S.A.****Demonstrações Financeiras***Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022*

Em 20 de abril de 2017 a Argo VI realizou a Primeira Emissão de Debêntures, de distribuição pública com esforços restritos (“ICVM 476”) de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie de garantia real, com garantia adicional fidejussória, sem cláusula de repactuação, em série única no montante total de R\$87.000, com vencimento em setembro de 2030 e taxa de remuneração de IPCA + 6,80% a.a., destinadas à composição da estrutura de capital da Companhia para a implantação das instalações de transmissão objeto do Lote A – Leilão nº 18/2014-ANEEL.

Vencimento das parcelas de longo prazo

Em 31 de dezembro de 2022, os vencimentos das parcelas a longo prazo têm a seguinte

composição:	31/12/2022
2024	14.097
2025	15.814
2026	17.882
2027 em diante	36.255
Total	84.048

16 Tributos diferidos**16.1 PIS e COFINS diferidos**

O diferimento do PIS e da COFINS é relativo à 9,25% das receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão. Conforme previsto na Lei nº 12.973/14 e pela interpretação técnica ICPC 01 (IFRIC 12). A liquidação desta obrigação diferida ocorrerá à medida que a Companhia receber as contraprestações determinadas no contrato de concessão mencionado na nota explicativa nº 1.

A movimentação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é demonstrada a seguir:

Saldos em 31 de dezembro de 2020	80.326
Constituição	2.475
Saldos em 31 de dezembro de 2021	82.801
Constituição	3.208
Amortização	(763)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	82.246

Classificado como:

Circulante	9.190
Não circulante	76.056

17 Patrimônio líquido

Através do Despacho nº 2.794 de 29 de setembro de 2022, ficou consignado a aprovação de pedido de anuência prévia de transferência de controle societário do Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia para Argeb Energia Empreendimentos e Participações S.A, pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

Com isso, em 30 de novembro de 2022, ocorreu a efetiva transferência de ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social (“Ações da Requerente”) do Brasil Energia Fundo de Investimento em

Notas Explicativas**Argo VI Transmissão de Energia S.A.****Demonstrações Financeiras***Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022*

Participações Multiestratégia para Argeb Energia Empreendimentos e Participações, conforme livro de transferência de ações arquivados na Companhia.

Em 07 de novembro de 2022, foi aprovado o aumento de capital da companhia mediante reversão de juros sobre o capital próprio, no valor de R\$ 19.299. Com isso, em 31 de dezembro de 2022, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 215.600.280,00 (duzentos e quinze milhões, seiscentos mil, duzentos e oitenta reais), dividido em 215.600.280 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional.

Após o aumento do capital, a composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

	31/12/2022			31/12/2021		
Acionistas	Qnt. Ações	Ações ordinárias	%	Qnt. Ações	Ações ordinárias	%
Brasil Energia Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia	-	-		196.300	196.300	100
Argeb Empreendimentos e Participações S.A.	215.600	215.600	100	-	-	

17.1 Reserva de Lucros**(a) reserva legal**

De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder 20% do capital social.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia destinou R\$2.883 para constituição da reserva legal.

(b) Reserva de lucros

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia destinou R\$30.708 para constituição de reserva de retenção de lucros com o objetivo de preservar os investimentos futuros para conclusão da linha de transmissão de acordo com o orçamento de capital e planejamento estratégico da Companhia.

17.2 Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A companhia poderá, a critério da administração, pagar juros sobre o capital próprio, cujo valor líquido será imputado aos dividendos mínimos obrigatórios, conforme previsto no artigo 9º da Lei. 9.249/95.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia pagou R\$11.475 para dividendos complementares. O dividendos complementares é imputável nos dividendos mínimos e por isso não foi destinado dividendos em 2022.

A Administração está propondo a seguinte distribuição de dividendos:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Lucro líquido do exercício	57.667	46.328

Notas Explicativas**Argo VI Transmissão de Energia S.A.***Demonstrações Financeiras**Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022*

Reserva legal - (5%)	(2.883)	(2.316)
Reserva de Incentivo Fiscal	(4.777)	(2.058)
Lucro líquido ajustado	50.007	41.954
Aumento de capital com reversão de JCP	(19.299)	-
JSCP (*)	-	(12.776)
Reservas de lucros	(30.708)	(29.178)
Total	-	-
Dividendo por ação ordinária	0,2675	0,2360

(*) O valor pago ao longo do exercício de 2022 de Juros Sobre Capital Próprio é superior aos dividendos mínimos obrigatórios devidos no exercício, sendo assim não foi necessária a realização da provisão de dividendos mínimos obrigatórios.

18 Provisões para riscos

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não é partes em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível, regulatória, ambiental e trabalhista cujo prognóstico de perda seja provável.

A Companhia é parte em processos judiciais com prognóstico de perda possível no montante de R\$ 55.751. Do saldo apresentado as causas substanciais são: (i) R\$ 28.042 (50%) referente ao processo judicial iniciado em 2017 pela empresa SG Engenharia e construção LTDA. e, relacionado a ação rescisória envolvendo contrato de execução de obra, conjugada com petição com pedido de cobrança para pagamento de dívidas trabalhistas; (ii) R\$ 21.993 (40%) referente a multa por atraso na entrada em operação comercial da Linha de Transmissão, recebido por meio Despacho ANEEL nº 404, de 14.02.2023 (nota 29).

19 Receita operacional líquida

	31/12/2022	31/12/2021
Receita de construção	-	-
Receita de remuneração do ativo de concessão	100.911	96.394
Receita de operação e manutenção	10.083	9.689
Parcela Variável e outras deduções	(477)	-
Outras receitas	12.979	6.978
Receita bruta	123.495	113.061
(-) PIS e COFINS sobre ativo de concessão	(2.445)	(10.458)
(-) PIS e COFINS sobre faturamento	(9.151)	-
(-) Encargos regulatórios (i)	(1.174)	(1.069)
Receita líquida	110.725	101.534

- (i) Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei, destinados a incentivos com P&D, constituição de RGR dos serviços públicos, Taxa de Fiscalização, Conta de Desenvolvimento Energético e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica.

20 Custos e despesas por natureza

Notas Explicativas

Argo VI Transmissão de Energia S.A.
Demonstrações Financeiras
Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Serviços de terceiros (i)	(7.292)	(7.244)
Materiais	(106)	(685)
Pessoal	(1.765)	-
Arrendamentos e alugueis	(34)	-
Tributos	(71)	-
Outros (ii)	912	(891)
Total	<u>(8.356)</u>	<u>(8.820)</u>
Valores alocados a:		
Custos de operação e manutenção	(4.701)	(6.463)
Despesas gerais e administrativas	(3.655)	(2.357)

(i) Refere-se substancialmente a serviços de gestão empresarial, serviços de assessoria jurídica, assessoria contábil e serviços de telecomunicação.

(ii) Refere-se ao registro do crédito sobre tributos recuperáveis

21 Resultado Financeiro

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receitas financeiras:		
Receitas de aplicações financeiras	3.953	1.250
Outras receitas financeiras	5	78
Total	<u>3.958</u>	<u>1.328</u>
Despesas financeiras:		
Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)	(16)	(24)
Juros e variações monetárias	(34.577)	(34.683)
Outras despesas financeiras	(754)	(490)
Total	<u>(35.347)</u>	<u>(35.197)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(31.389)</u>	<u>(33.869)</u>

22 Imposto de renda e contribuição social**22.1 Reconciliação da alíquota efetiva**

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social apurados no regime do lucro real e reconhecida em resultado é demonstrada como segue:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro	70.980	58.845
Alíquota nominal	34%	34%
Expectativa de IRPJ e CSLL	<u>(24.133)</u>	<u>(20.007)</u>

Notas Explicativas

Argo VI Transmissão de Energia S.A.
Demonstrações Financeiras
Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Benefício fiscal	4.777	3.146
Outras adições e exclusões permanentes	-	1.088
Juros sobre capital próprio	6.561	4.344
(+) Outros	(518)	-
Constituição de IRPJ e CSLL diferidos	(12.143)	(11.896)
Constituição de IRPJ e CSLL corrente	(1.169)	(621)
Alíquota efetiva	19%	21%

Movimentação de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Ativo (a)	Passivo (b)	Líquido
Saldos em 31 de dezembro 2020	5.341	(92.503)	(87.162)
Contratos de concessão (b)	211	(11.888)	(11.677)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	5.552	(104.610)	(99.058)
Utilização de benefício fiscal sobre prejuízo Fiscal (a)	(932)		
Contratos de concessão (b)	-	(11.212)	(12.144)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	4.620	(115.822)	(111.202)

(a) Originam-se dos prejuízos fiscais. Esses ativos serão realizados ao longo do Contrato de Concessão e possuem expectativa de recuperação a partir de 2021.

(b) Originam-se dos Contratos de Concessão. Referem-se aos valores de imposto de renda e contribuição social sobre os resultados da operação de construção da infraestrutura para prestação do serviço de transmissão de energia elétrica e remuneração do ativo de contrato (CPC 47) reconhecidos por competência, que são oferecidos à tributação à medida do efetivo recebimento, conforme previsto nos artigos 168 e 169 da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.700 de 14 de março de 2017.

23 Resultado por ação

O resultado por ação básico e diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. Em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33), a tabela a seguir reconcilia o resultado líquido aos montantes usados para calcular o resultado básico e diluído por ação:

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado básico e diluído por ação		
Numerador:		
Lucro líquido do exercício	57.668	46.328
Denominador:		
Média ponderada de número de ações ordinárias	198.981	196.301
Lucro líquido básico por ação (R\$ por ação)	0,2898	0,236

Notas Explicativas

Argo VI Transmissão de Energia S.A.
Demonstrações Financeiras
Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022

24 Partes Relacionadas

O saldo do passivo com partes relacionadas no montante de R\$ 364 (R\$0 em 2021) representa despesas incorridas a serem pagas as empresas do grupo.

Contrato de compartilhamento de infraestrutura e serviços corporativos	Parte relacionada	31/12/2022	
		Ativo	Passivo
Contas a pagar	Argo I	-	364
Total		-	364

25 Instrumentos financeiros

		Valor Justo		Valor Contábil	
	Hierarquia	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativos financeiros:					
Valor justo por meio do resultado:					
Títulos e valores mobiliários	2	13.276	19.562	13.276	19.562
Custo amortizado:					
Caixa e equivalentes de caixa	2	10.708	3.131	10.708	3.131
Clientes	2	11.077	9.793	11.077	9.793
Fundos vinculados – caixa restrito	2	19.898	21.680	19.898	21.680
Total Ativo		54.959	54.166	54.959	54.166
Passivos financeiros:					
Custo amortizado:					
Fornecedores	2	388	1.190	388	1.190
Contas a pagar - partes relacionadas	2	364	-	364	-
Empréstimos e Financiamentos	2	258.308	273.928	258.308	273.928
Debêntures	2	95.794	102.850	95.714	98.669
Outros passivos		1.648	-	1.648	-
Total Passivo		356.502	377.968	356.422	373.787

Hierarquia do valor justo

Os instrumentos financeiros contratados enquadram-se conforme anteriormente apresentado, e de acordo com a definição de hierarquia do valor justo descrita a seguir, conforme o pronunciamento técnico CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

Notas Explicativas***Argo VI Transmissão de Energia S.A.******Demonstrações Financeiras******Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022***

- **Nível 1** - avaliação com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos na data das demonstrações financeiras. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa de mercadorias e valores, um corretor, um grupo de indústrias, um serviço de precificação ou uma agência reguladora e aqueles preços representarem transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.
- **Nível 2** - utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados incluídos no nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, direta (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).
- **Nível 3** - avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis).

Técnicas de avaliação e informações utilizada para determinação do valor justo

- Caixa e equivalentes de caixa: contas-correntes conforme posições dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data das demonstrações financeiras.
- Títulos e valores mobiliários: aplicações financeiras mensuradas pelo valor justo ou custo amortizado são valorizadas substancialmente pela taxa do CDI até a data das demonstrações financeiras.
- Fornecedores e outras obrigações: o valor justo aproxima-se do seu valor contábil, uma vez que tem prazo de pagamento abaixo de 60 dias.
- Financiamentos: são reconhecidos inicialmente pelo valor justo diminuídos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os financiamentos são medidos pelo custo amortizado utilizando do método dos juros efetivos.

Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de capital, risco de mercado e risco de liquidez.

Risco de crédito

Salvo pelas contas a receber e aplicações financeiras com bancos de primeira linha, a Companhia não possui outros saldos a receber de terceiros contabilizados no exercício. Por esse fato, esse risco é considerado baixo.

A RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST. Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários do Sistema Integrado de Transmissão SIM de alguns valores específicos, a RAP de todas as transmissoras, os serviços prestados pelo ONS e os encargos regulatórios.

O Poder Concedente delegou às geradoras, às distribuidoras, aos consumidores livres, aos exportadores e aos importadores o pagamento mensal da RAP, que, por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, se constitui em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro; desse modo, o risco de crédito é baixo.

Em 31 de dezembro de 2022, a exposição máxima do risco de crédito do contas a receber é de R\$11.077 (R\$9.793 em 31 de dezembro de 2021).

Notas Explicativas**Argo VI Transmissão de Energia S.A.****Demonstrações Financeiras**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Risco de capital

A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

Risco de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas.

A Companhia não pactuara contratos de derivativos para fazer “hedge” contra esses riscos; porém, estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limite de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo nem outros ativos de risco. O principal risco de mercado ao qual a Companhia está relacionado às taxas de juros.

A Companhia aplica substancialmente seus recursos em títulos de renda fixa, sendo a maior parte destes alocada em CDBs e em títulos privados substancialmente lastreados em CDBs. Os saldos que apresentam risco de taxas de juros são: (i) caixas e equivalentes; (ii) títulos e valores mobiliários; (iii) fundos vinculados – caixa restrito; e (iv) Empréstimos e debêntures.

Risco de liquidez

A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração da Companhia, que gerencia o risco de liquidez de acordo com as necessidades de captação e gestão de liquidez de curto, médio e longo prazos, mantendo linhas de crédito de captação de acordo com suas necessidades de caixa, combinando os perfis de vencimento de seus ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Em 31 de dezembro de 2022, os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados:

	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
Fornecedores	388	-	-	-
Financiamento	19.935	20.646	22.320	195.407
Debêntures	11.666	14.097	15.814	54.137
Total	31.989	34.743	38.134	249.544

25.1 Análise de Sensibilidade

A Companhia realiza análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de juros.

Para verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos aos quais a Companhia está exposta na data-base 31 de dezembro de 2022, foram definidos três cenários diferentes:

O cenário I (provável) considera o cenário esperado para os próximos 12 meses a partir de 31 de dezembro de 2022, tendo como base as taxas de juros futuras observadas na data-base das demonstrações financeiras,

Notas Explicativas**Argo VI Transmissão de Energia S.A.***Demonstrações Financeiras**Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022*

disponíveis no website da BM&F Bovespa (CDI), Boletim Focus (IPCA) e a manutenção da TJLP. Para os riscos de variação do CDI que é base para atualização de parte substancial das aplicações financeiras, de acordo com taxas referenciais de mercado projetadas para os próximos 12 meses é de 13,65% ao ano, para o IPCA, é de 4,39% e a TJLP para remuneração da dívida, cuja posição em 31 de dezembro de 2022 é de 7,20% ao ano.

Os cenários II e III consideram os rendimentos auferidos caso haja uma depreciação de 25% e 50%, respectivamente, na variável de risco considerada.

O resumo dos diferentes cenários é demonstrado abaixo:

Operação	Risco	Total	Cenário		
			I	II	III
Caixa e equivalentes	Redução CDI	10.708	1.462	1.096	731
Títulos e valores mobiliários	Redução CDI	13.276	1.812	1.359	906
Fundos restritos	Redução CDI	19.898	2.716	2.037	1.358
Instrumentos financeiros ativos		43.882	5.990	4.492	2.995
Empréstimos e Financiamentos	Aumento TJLP	258.309	18.598	13.949	9.299
Debêntures	Aumento IPCA	95.714	4.202	3.151	2.101
Instrumentos financeiros passivos		354.023	22.800	17.100	11.400

26 Seguros

Em 31 de dezembro de 2022, a cobertura de seguros é como segue:

Modalidade	Importância Segurada
Seguros- Riscos Operacionais	400.000
Total	400.000

27 Remuneração da administração

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a Diretoria Executiva e os Conselheiros, totalizou R\$7.161 e R\$7.046, respectivamente, sendo salários e benefícios variáveis. A remuneração da Administração está registrada na rubrica “Despesas gerais e administrativas” e refere-se a uma administração comum, na qual a remuneração é paga pela Argo Energia Empreendimentos e Participações S.A.. A abertura dos saldos está apresentada a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Benefícios de curto prazo a empregados:		
Salários e honorários	3.659	3.556
Encargos sociais	943	1.518
Bônus	2.559	1.972
Total	7.161	7.046

28 Transações que não envolvendo caixa

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia realizou a seguinte operação não envolvendo caixa, portanto, esta

Notas Explicativas

Argo VI Transmissão de Energia S.A.
Demonstrações Financeiras
Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022

não está refletida na demonstração dos fluxos de caixa:

	31/12/2022
Aumento de capital com reversão de JSCP	19.299
Total	19.299

29 Eventos subsequentes

Em 27.02.2023, foi publicado no Diário Oficial da União o Despacho ANEEL nº 404, de 14.02.2023, referente à decisão da Diretoria Colegiada da ANEEL em face ao Recurso Administrativo apresentado pela concessionária Argo VI Transmissão de Energia S.A. (Argo VI), atual denominação da Esperanza Transmissão de Energia S.A., no âmbito do Processo nº 48500.006280/2018-92, que decidiu por (i) não reconhecer a excludente de responsabilidade em vista do atraso na entrada em operação comercial da Linha de Transmissão 500 kV Quixadá - Açú III referente ao Contrato de Concessão nº 018/2014-ANEEL; (ii) aplicar a penalidade de multa prevista no Edital do Leilão nº 013/2013-ANEEL, no valor atualizado, até outubro de 2022, de R\$ 21.993; (iii) em caso de não pagamento da multa, determinar a execução da Garantia de Fiel Cumprimento em valor suficiente para quitação da referida multa e; (iv) confirmado o devido pagamento total da multa, caso não existam eventuais débitos perante a ANEEL, liberar a garantia de fiel cumprimento aportada.

Em face da referida decisão, ainda na esfera administrativa, cabe Pedido de Reconsideração no prazo limite de 10 dias (09/03/2023), recurso este que será apresentado pela concessionária de forma tempestiva. Não obstante, para fins de suspensão da exigibilidade da multa cobrada pela ANEEL, enquanto a discussão é tratada administrativamente, dentro do prazo limite de 20 dias (20/03/2023), será ajuizada medida judicial para fins de obtenção de liminar em favor da concessionária.

Por oportuno, registre-se que, nos termos da operação de compra e venda do ativo Argo VI para a ARGEB, incumbe à Cymi Construções e Participações S.A. a responsabilidade pela condução da estratégia jurídico-regulatória para defesa dos interesses da concessionária, incluindo a adoção das medidas administrativas e judiciais cabíveis, de forma que a Companhia e a ARGEB sejam mantidas indenidas, nos termos e responsabilidades definidas no âmbito da operação de compra e venda do ativo.

A Companhia entende que a decisão proferida pela ANEEL não modifica o prognóstico dessa disputa com a ANEEL, sendo a mesma classificada como possível de perda. Dessa forma, não se faz necessário a constituição de provisão passiva nesse momento.

* * *

Paulo Heli Alves Ferreira
Diretor de RI e Finanças

Thiago Borges Martins
Controller
CRC/RJ 116409/O

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400 – Parte, Chácara Santo Antônio,
CEP 04719-911 - São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
Argo VI Transmissão de Energia S.A.
(anteriormente denominada Esperanza Transmissora de Energia S.A)
Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Argo VI Transmissão de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Argo VI Transmissão de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).
Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos - Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 28 de março de 2022, sem modificação.

Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

Mensuração da contraprestação variável aplicável ao preço dos contratos de concessão

Veja a nota explicativa 3.9 (a) (ii) das demonstrações financeiras

Assunto

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 apresenta saldo de ativo de concessão no montante de R\$ 921.579 mil, reconhecido em contrapartida da receita de construção da infraestrutura de transmissão e da receita de remuneração do ativo de contrato da concessão.

A modelagem financeira utilizada pela Companhia na mensuração do ativo de concessão inclui entre outros elementos, a determinação de uma contraprestação variável aplicável ao preço do contrato. O valor da contraprestação recebida pela Companhia pela construção da infraestrutura de concessão é reajustado anualmente com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor – IPCA dos últimos doze meses na data de reajuste. A Companhia efetua o cálculo da contraprestação variável com base no IPCA realizado entre a data da última homologação da Receita Anual Permitida - RAP pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a data base das demonstrações financeiras, e reconhece esse valor na medida em que é altamente provável que uma reversão significativa no valor das receitas acumuladas reconhecidas não irá ocorrer. Durante o exercício de 2022 o valor dessa contraprestação variável reconhecida foi de R\$ 11.859 mil, representando um acréscimo na receita de remuneração do ativo de contrato da concessão em contrapartida do saldo do ativo de contrato da concessão.

Devido à relevância do valor da contraprestação variável aplicável ao preço dos contratos de concessão e ao grau de julgamento para a determinar se é altamente provável que uma reversão significativa no valor das receitas acumuladas reconhecidas não irá ocorrer, a mensuração da contraprestação variável foi considerada significativa para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:

(i) Revisão dos cálculos elaborados pela Companhia para mensuração da contraprestação variável, incluindo avaliação sobre a adequação da modelagem financeira adotada e precisão matemática do cálculo;

- (ii) Comparação do IPCA mensal utilizado pela Companhia no cálculo da contraprestação variável com os dados de inflação oficiais realizados;
- (iii) Análise do IPCA utilizado na projeção preparada pela Companhia para determinar se é altamente provável que uma reversão significativa no valor das receitas acumuladas reconhecidas não irá ocorrer; e
- (iv) avaliação das divulgações nas demonstrações financeiras.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor.

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também à administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principais assuntos de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 1 de março de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 'F' SP

Samuel Viero Ricken
CRC SC-030412/O-1

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as informações das demonstrações financeiras padronizadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, e respectivos documentos complementares.

São Paulo, 01 de março de 2023.

José Aloíse Ragone Filho

Diretor Presidente

Paulo Heli Alves Ferreira

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Alexandre José Marqueti Fontes

Diretor de Operações

PÁGINA

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em conformidade com o inciso V do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com o a opinião dos auditores independentes da Companhia expressas no relatório de revisão das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, e respectivos documentos complementares.

São Paulo, 01 de março de 2023.

José Aloíse Ragone Filho

Diretor Presidente

Paulo Heli Alves Ferreira

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Alexandre José Marqueti Fontes

Diretor de Operações